

Cidades, culturas contemporâneas e urbanidades

Espaços públicos e urbanidades: refletindo acerca da renovação epistêmica nos estudos sobre as cidades contemporâneas

Jovanka Baracuhy C. Scocuglia (Doutora em Sociologia – UFPE e Pós-Doutora em Sociologia e Antropologia Urbana pela Université Lumière Lyon 2, França. Docente e pesquisadora do Departamento de Arquitetura e do PPGAU - UFPB)

Resumo: Fundamentado em reflexões teóricas, conceituais e metodológicas e em análise interdisciplinar, este artigo se propõe a refletir acerca da urbanidade contemporânea. Parte da relação entre corpo e cidade e prospecta a renovação epistêmica que se fundamenta nas práticas urbanas contemporâneas, se propondo a mobilizar os instrumentos de análise do urbano e da vida pública para refletir sobre a cidade contemporânea, seus problemas e suas potencialidades. Discutem-se conceitos teóricos e abordagens metodológicas preocupadas em explicitar os vínculos entre indivíduos em co-presença nutridos por “interações”, “efeitos recíprocos” de convivência em lugares públicos, em meio aos comportamentos corporais como base reflexiva de um projeto de pesquisa sobre as cidades do Recife e João Pessoa, onde se verificam os comportamentos e interações dos indivíduos e grupos nos lugares públicos, em suas dimensões físicas (arquitetônicas e urbanísticas) e sócio-antropológicas (as interações e sociabilidades), investigando a criação de processos “contra-hegemônicos” (resistências aos projetos e ações hegemônicos, à homogeneização, à criação de cenários e à exclusão de grupos e indivíduos). Estas interações são vistas como mediadas por “eventos”, “situações”, ambientes espaciais de co-presença, técnicas espaciais, mas também por fatores sociais, culturais e históricos. Neste sentido, abordagens descritivas com dados empíricos relativos aos comportamentos corporais e às formas de sociabilidades nas ruas e praças são articuladas a referenciais teóricos variados, embora convergentes no sentido de interpretar as práticas e políticas culturais nos espaços públicos contemporâneos.

Palavras-chave: Corpo, território, urbanidade.

Abstract: Based on theoretical, conceptual and methodological reflections and interdisciplinary analysis, this article aims to reflect on contemporary urbanity. It starts with the relationship between body and city prospecting and epistemic renewal that is

grounded in contemporary urban practices, proposing to use the instruments of analysis of urban and public life to reflect about the contemporary city, its problems and its potentialities. It discusses theoretical concepts and methodological approaches concerned with explaining the links between individuals in co-presence nourished by "interactions", "reciprocal effect" on living in public places. Those reflections help us to prepare the theoretical bases of a research project on cities of Recife and Joao Pessoa, which analyses the interactions of individuals and groups in public places on its physical (architecture and urban) and socio-anthropological dimensions (the interactions and sociability), investigating the creation of processes "counter-hegemonic" (resistance to hegemonic projects and actions to homogenization, the creation of scenarios and exclusion of groups and individuals). These interactions are seen as mediated by "events", "situations", space environments, the co-presence, space technology, but also by social, cultural and historical processes. In this sense, descriptive approaches with empirical data concerning body behavior and forms of sociability in the streets and squares are linked to various theoretical frameworks, although converging to interpret the cultural and political practices in contemporary public spaces. **Keywords:** Body, territory, urbanity.

Introdução

Este artigo discute a relação entre corpo e cidade e prospecta a renovação epistêmica que se fundamenta nas práticas urbanas contemporâneas, se propondo a mobilizar os instrumentos de análise do urbano e da vida pública para refletir sobre a cidade contemporânea, seus problemas e suas potencialidades, bem como sobre novas metodologias de intervenção e gestão nos espaços públicos.

Trata-se de relacionar os espaços públicos com os comportamentos corporais e formas de sociabilidade que indicam as maneiras como os indivíduos se servem de seus corpos em ritmos específicos, de técnicas corporais repetidas nos espaços de modo cíclico ou linear e que envolvem nas ruas e praças processos tais como: deslocamentos, passagens, permanências ou interações, velocidades, aberturas e fechamentos, aproximações e afastamentos, agrupamentos e dispersões de indivíduos de modo regular, esporádicos ou excepcional. Estes usos dos espaços públicos remetem à movimentação física de tipos urbanos variados como: transeuntes, moradores das proximidades, visitantes, comerciantes de ruas, mendigos que vivem diariamente nestes lugares. Não se trata da recepção da paisagem urbana, "da obra

pelo sujeito, nem do consumo do produto pelo cliente, mas da relação dialógica que se instaura entre um espaço urbano e aquele que o atravessa, o percorre ou o explora” (JOSEPH, 1999, p.35).

Um dos precursores desta abordagem da cidade é Henri Lefebvre (1992) quando propôs uma reinterpretação da cidade por meio da heurística da rua e dos ritmos da vida cotidiana. Ressaltamos ainda Michel De Certeau (1994) e a idéia de uma cidade praticada que se insinua no texto/conceito da cidade planejada e visível.

Neste sentido, a cidade praticada é o coração da urbanidade contemporânea, ao mesmo tempo lugar habitado, ancorado em sua história e no seu território, confrontado aos fluxos de mundialização, de circulação de bens, de homens, de idéias, de informações e de imagens. Importam os vínculos pragmáticos e simbólicos entre os homens e a materialidade da cidade

Esta abordagem se justifica se observarmos os processos contemporâneos de urbanização cada vez mais marcados pela mercantilização da cidade e da vida urbana e se pensarmos que a “modernização da sociedade” aprofundou e generalizou a lógica da cidade produzida enquanto valor de troca (LEFEBVRE, 1986) modificando sua estrutura socioespacial no sentido da “espetacularização”¹ (DEBORD, 1997), da “homogeneização” (SASSEN, 1998) ou da “urbanização” (MUÑOZ, 2008)² das paisagens urbanas.

Alimentada em grande parte pelas economias de serviços, desde os serviços profissionais ao turismo global e a uma redescoberta do setor cultural, esta tendência, observada nas metrópoles, é igualmente constatada nas cidades médias, nas quais os efeitos “negativos” da mercantilização da cultura e de uma espécie de culturalização generalizada e indiferenciada da cidade, dos seus espaços e de seus processos se fazem sentir de forma intensa nas propostas hegemônicas (FERNANDES, 2006) de intervenção nos espaços públicos, em especial, nas ruas e praças dos seus centros urbanos.

¹ A introdução do “espetáculo” como palavra-chave da teoria social contemporânea começou com Guy Debord e sua obra “A sociedade do espetáculo”, 1967. São 221 teses sobre a sociedade capitalista do pós-guerra. Espectáculo refere-se à maneira como as imagens são mobilizadas para assegurar a influência da forma produtiva sobre o tempo do lazer, a fim de legitimar as relações sociais existentes e de colocar o indivíduo em uma situação passiva e contemplativa em relação a sua própria dominação.

² Saskia Sassen defende a tese de que a urbanização contemporânea se caracteriza por uma homogeneização da paisagem urbana, alimentada pelo fato das cidades de tornarem economias de serviços avançados (1998). Francesc Muñoz (2008) observa um tipo banal de urbanização do território que se pode repetir em lugares diferentes: a produção de uma paisagem comum em escala global que conduz ao uso, manipulação e reavaliação de alguns elementos da esfera local em suas múltiplas dimensões.

De fato, a crítica ao processo atual de mercantilização e de espetacularização urbana se tornou recorrente no meio acadêmico diante da forma cada vez mais explícita pela qual se expressa no cotidiano da vida contemporânea. Discute-se, em especial, a existência de uma ruptura espaço-temporal na relação da sociedade com seu passado e com seu futuro (FERNANDES, 2006, p.53-59) e uma “hipertrofia da dimensão material e visual na compreensão do conceito de cidade” desconsiderando indivíduos ou grupos e a diversidade de suas histórias, memórias e experiências (BRITO e JACQUES, 2009).

Torna-se explícito o problema contemporâneo que Richard Sennet, em *Carne e Pedra* (2008, p.15), descreve como “a privação sensorial (...) a passividade, a monotonia e o cerceamento táctil que aflige o ambiente urbano” cujas raízes o autor procura compreender por meio da investigação da história da relação entre corpo e cidade na civilização ocidental. Remonta a Roma Antiga, ao Medievo, ao Renascimento, ao século XIX até chegar aos tempos modernos e atuais em que se privilegiam as sensações do corpo e a liberdade de movimento e, entretanto, essa carência dos sentidos tornou-se notável, demonstrando a influência que exerceram sobre os espaços urbanos os novos conhecimentos científicos e sinalizando para o problema dos projetos em que “urbanistas e arquitetos modernos tinham de alguma maneira perdido a conexão com o corpo humano” (Ibid., p.15).

Os primeiros indícios desta desconexão, segundo estes críticos acima mencionados, são perceptíveis a partir das mudanças de caráter das populações das cidades. A massa de corpos que antes se reunia nos centros urbanos em experiências de diferenciação, complexidade e estranheza (aspectos que sustentam a resistência à dominação), hoje parece se dispersar em pólos comerciais, se preocupa mais em consumir do que em outro propósito mais complexo, político ou comunitário.

A partir destes indícios e supondo uma acentuada dispersão dos corpos, ganham destaque as práticas urbanas dos transeuntes, dos passantes, o movimento dos corpos e os usos dos espaços públicos.

Neste artigo pretendemos, especificamente, discutir os descompassos entre práticas urbanas e planejamento, como base reflexiva para um projeto de pesquisa em andamento com foco nos espaços públicos das cidades do Recife e João Pessoa e nas análises dos comportamentos e interações dos indivíduos e grupos nos lugares públicos destas cidades, em suas dimensões físicas (arquitetônicas e urbanísticas) e sócio-antropológicas (as interações e sociabilidades), verificando a criação de

processos “contra-hegemônicos” (resistências aos projetos e ações hegemônicas, à homogeneização, à criação de cenários e à exclusão de grupos e indivíduos).

Serão discutimos conceitos teóricos e abordagens metodológicas preocupados em explicitar os vínculos entre indivíduos em co-presença nutridos por “interações”, “efeitos recíprocos” de convivência em lugares públicos, em meio aos comportamentos corporais. Interações estas mediadas por “eventos”, “situações”, ambientes de co-presença face a face (GOFFMAN, 2010), técnicas espaciais, mas também por fatores sociais, culturais e históricos.

De antemão destacamos a existência de abordagens descritivas com dados empíricos relativos aos comportamentos corporais e às formas de sociabilidades nos espaços públicos articuladas a referenciais teóricos variados, embora convergentes no sentido de interpretar tais usos nas cidades contemporâneas (FRÚGOLI, 2007; SERPA, 2007; CANEVACCI, 2005; FREHSE, 2009). Mas também, abordagens teóricas interpretativas das condutas corporais e de relacionamentos sociais nas ruas das cidades alcançadas pela modernidade, revelando novas perspectivas de análises epistemológicas no âmbito dos estudos urbanos. Sobressai-se a abordagem de Michel De Certeau (1994) centrada nas “astúcias e combinações de poderes sem identidade legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional, impossíveis de gerir” (CERTEAU, 1994, p.174). Alguns dos procedimentos – “multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos” (Ibid., p.174) - que escapam à disciplina sem ficarem fora do campo onde se exercem e que podem levar a uma “teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade” (1994, p.175).

As análises de Isaac Joseph (1999) são também referenciais quando apontam para os pressupostos de uma noção de espaço público como mediador entre o sistema político, os setores privados e os sistemas de ação funcionalmente específicos, que ele chama de “uma realidade porosa”, na qual se sobrepõem distintos sistemas de ação (Ibid., p.25). Móvel da democracia e operador de um acordo entre cidadãos, este conceito de espaço público seria resultante de uma relação sensível com a paisagem urbana e de interesses democráticos, com dois enunciados maiores de orientação para o trabalho empírico: a definição de Hannah Arendt (1987) de espaço público como o lugar da ação e dos modos de subjetivação não-identitários – em oposição aos processos comunitários de identificação e aos territórios da familiaridade – e o enunciado de Jurgen Habermas (1997) que faz do espaço público o domínio historicamente constituído da controvérsia democrática e a dinâmica de uma

ética procedimental do agir comunicacional elaborado a partir de um acordo que pressupõe um “uso livre e público da razão” (Ibidem, p.18-19).

Propomo-nos, assim, a refletir sobre a urbanidade ³ contemporânea tendo como fundamento a relação corpo/cidade e a análise interdisciplinar. São estas também as bases de nossas pesquisas no âmbito do LECCUR – Laboratório de Estudos sobre Cidades, Culturas Contemporâneas e Urbanidades - PPGAU-UFPB quando estudamos as práticas urbanas, as condutas corporais, as sociabilidades, as formas de intervenções, os poderes e os usos dos espaços que implicam a constituição de urbanidades.

Reflexões sobre os descompassos entre território urbanizado e práticas sociais

As cidades e as culturas urbanas constituem-se como espaços em que as transformações das últimas décadas impulsionadas pelas inovações tecnológicas e pelo desenvolvimento de novas formas de governança, mais se fizeram sentir gerando novas urbanidades e alterando as existentes.

As mudanças na esfera da produção afetam e modificam profundamente os sistemas e as formas de produzir bens de consumo, bem como de organizar o trabalho. Nas últimas três décadas do século XX, as transformações se estenderam ao tipo de território ou a um processo de desterritorialização associado às mudanças econômicas. A própria expansão física do espaço construído tornou cada vez mais fácil encontrar características próprias da cidade em lugares tradicionalmente à margem dos processos de urbanização.

Entretanto, estes fenômenos de desconcentração que fizeram da periferia um território mais flexível pela difusão e melhoria das redes de comunicação e telecomunicação, que ampliou a importância das cidades de tamanho médio como centros urbanos importantes no marco da economia global, parecem não representar uma ruptura absoluta com o modelo de concentração historicamente característico do sistema fordista. O geógrafo norte-americano Edward Soja considera que o centro ainda é importante e que, apesar das tendências centrífugas, a nodalidade centrípeta não desaparece (2000, p. 263). Um binômio: centralidade-difusão passa a marcar as cidades do mundo ocidental definido fundamentalmente em termos de redes

³ Urbanidade no sentido atribuído por Isaac Joseph “significa muito mais o trabalho da sociedade urbana sobre si mesma do que o resultado de uma legislação ou de uma administração, como se a irrupção do urbano (...) fosse marcada pela resistência ao político.” (JOSEPH, 2002, p. 28).

(CASTELLS, 1999; CORREA, 2006; FIJALKOW, 2007). Fala-se de uma centralidade dependente dos níveis de competência, competitividade e cooperação dentro de um conjunto de redes urbanas.

Acrescentam-se também as novas formas de mobilidade e de construção cultural da velocidade que ampliam os territórios de fluxos configurando um cenário de mobilidade intensiva e uso extensivo do território próximo ao que David Harvey (1992) definiu como compressão espaço-temporal, ou seja, compressão do espaço e aceleração do tempo (SANTOS, 1996, 2008).

Além da metáfora da mancha de azeite evocada para simbolizar as fases de concentração urbana das cidades, da idéia de redes e de fluxos para explicar os modelos de organização do território urbano regional, temos o conceito de rizoma⁴ de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1980) como um dos exemplos destas aproximações formalistas ao diferentes tipos de crescimento que a cidade vem desenhando sobre o território ao longo dos últimos séculos. A cidade-rizoma seria a metáfora de um sistema urbano constituído por territórios com características diferenciadas e relações que se situariam além dos critérios dicotômicos binários. Seriam relações mais complexas do que as definidas pelas típicas dicotomias centro-periferia ou campo-cidade.

E assim, no quadro geral dos estudos urbanos desenvolvidos nas últimas décadas, identifica-se um esforço de reflexão e renovação teórica a partir da constatação das transformações econômicas e sociais que afetaram as cidades e que expressam, sobretudo, uma reestruturação econômica pós-fordista⁵ ou pós-industrial com ênfase nas conseqüências da concentração tecnológica no território urbanizado e nas características dos modelos de cidades emergentes: a cidade global (SASSEN, 1998), a cidade informacional (CASTELLS, 1999) ou a pós-metrópole (SOJA, 2000).

Estes conceitos de cidade expressam alguns dos resultados concretos, a exemplo da fragmentação da estrutura social urbana e da própria cidade como território habitável, uma excessiva valorização da imagem, a espetacularização e a

⁴ O rizoma é também uma crítica ao pensamento moderno ocidental, articulado sobre estruturas hierárquicas e arvorecentes, caracterizadas por terem um começo e um fim, um passado e um futuro com sentido evolucionista, uma hierarquia de circulação das informações sobre a base da lógica binária. O rizoma, ao contrário, seria ainda uma estrutura sem um centro, organizada em forma de *plateaux*, com importâncias iguais no sistema.

⁵ A fase pós-fordista seria posterior ao modelo de regulação econômica fordista, com origem em 1930 e apogeu nos anos 1960/1970, no qual a produção de massa significava consumo em massa e um novo sistema de reprodução da força de trabalho, bem como uma nova política de controle e gerência deste (HARVEY, 1992).

mercantilização da cidade enquanto objeto cultural (DEBORD, 1997; JEUDY e JACQUES, 2006; SCOCUGLIA, 2010). E, neste sentido, a hegemonia de um conceito de cidade reificado que se expressa na celebração do privado, na patrimonialização e na criação de cenários (FERNANDES, 2006; SCOCUGLIA, 2010) que paradoxalmente vão se legitimar por meio de um discurso generalizado de valorização e de intervenção sobre o espaço público.

A vida urbana é cada vez mais marcada pela reapropriação capitalista da cidade, segundo uma dinâmica cujos elementos fundamentais e recorrentes são a conversão do espaço urbano em um parque temático, a “gentrificação”⁶ de centros urbanos (ZUKIN, 1995, 2000; SCOCUGLIA, 2010), a terceirização que implica a reconversão de bairros industriais inteiros, a dispersão de uma miséria crescente que não se consegue ocultar e o controle sobre o espaço público cada vez menos público.

Estes processos de alcance mundial são apontados como requerimentos da renúncia dos agentes públicos da missão de garantir direitos democráticos fundamentais – o usufruto das ruas e praças em liberdade, de uma habitação digna para todos etc. - e da desarticulação do que resta do que foi o Estado do bem-estar social⁷. Esta renúncia ou abandono das responsabilidades do Estado em matéria de bem comum tem sido compatível com autoritarismos em outros âmbitos. Uma submissão ao liberalismo urbanístico que converte a cidade em produto de marketing e ao mesmo tempo ampliam o controle e a vigilância sobre o espaço público assegurando as operações imobiliárias e desfazendo a imagem que se poderia oferecer de um espaço público expurgado de qualquer elemento de conflitividade. Outra expressão dessas ações de “pacificação” dos espaços públicos são a “limpeza” dos exteriores urbanos das presenças e condutas inconvenientes, a repressão e controle da pobreza e dos seus locais de concentração (JOSEPH, 2002; JEUDY e JACQUES, 2006; DELGADO, 2010).

⁶ Gentrificação, do inglês *gentrification*, designa um processo de deslocamento e de mudança de população dentro dos setores urbanos centrais por categorias sociais mais abastadas e a reabilitação física dos mesmos (Ruth Glass, 1964). Estudos mais recentes indicam um fenômeno mais complexo e diferenciado em fases. Além disto, o conceito se transformou para incluir outras formas de “elitizações”, outros atores sociais e espaços. Ver a respeito: Jovanka Scocuglia. “Imagens da cidade: cenários, patrimonialização e práticas sociais”, 2010, e Revista: “Espaces et sociétés. La gentrification urbaine.” nº132-133, 2008.

⁷ Segundo Claus Offe em “Las nuevas democracias: transición política y renovación institucional en los países postcomunistas”, 2005, o Welfare State teve sua origem nos EUA, anos 1930, fundamentado em três princípios: seguridade social, proteção ao emprego e política redistributiva.

Dessa forma, o protagonismo do conceito de espaço público nas iniciativas e retóricas relacionadas nas últimas décadas com os contextos urbanizados é bem menos inocente e natural do que poderia parecer à primeira vista.

No Brasil, especificamente, a aceleração e voracidade do desenvolvimento urbano e a concentração de população, iniciadas em décadas anteriores, nem sempre foram orientadas por políticas de planejamento capazes de limitar os problemas urbanísticos que afetam hoje grande parte das cidades. Entretanto, vivemos em um tempo em que as transformações parecem ser orientadas pela filosofia da qualidade de vida, projetos de ordenamento urbano, de animação cultural, de instalação de novos equipamentos e de requalificação do espaço público.

Sabedor destes paradoxos Milton Santos fala de uma urgência de reflexão sobre a cidade enquanto “sistema de objetos e de ações” (SANTOS, 2008), tendentes a uma artificialidade, a fins estranhos, ao lugar e a seus habitantes. O planejamento das cidades necessita entender e explicar as “novas ecologias urbanas”, as relações entre o mercado, as instituições e o meio ambiente construído, de modo a explicitar as relações entre “a temporalidade do fazer e a das coisas” (Ibid.). E neste sentido, M. Santos (Ibidem) afirma que ⁸:

os capitais fixos, fixados, instalam-se duravelmente nas cidades, mas, desde que envelheçam, podem ser operados sem maior submissão aos atores econômicos e sociais hegemônicos, e muitas atividades urbanas podem, assim, escapar à regulação direta desses atores econômicos e sociais hegemônicos (2008, p. 90).

Ele diz mais: nas cidades, essas áreas “irracionais” do ponto de vista da modernidade, seriam semelhantes ao que os planejadores dos anos 1970 identificaram como sendo “brechas” e que podem ser ampliadas em nossas pesquisas para falarmos não apenas de brechas tecnológicas, mas também socioespaciais e culturais recentes, numerosas e que precisam ser estudadas em seus próprios contextos, lembrando com Milton Santos de “não pensar o lugar sem o mundo”, se propondo a entender o espaço como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”.

⁸ Ver: Milton Santos. “Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional”, no capítulo 09, “O espaço: sistemas de objetos, sistemas de ações”. São Paulo: Editora da USP, 2008.

Assim, pensar os objetos e as ações contemporâneas se impõe diante do que M. Santos identifica como uma “práxis invertida” que tem o discurso como base da ação e dos objetos impelindo os homens a cada dia aprenderem tudo de novo estimulados pelas “novíssimas inovações”, pelo estabelecimento de novas dinâmicas e diferenciações. Seriam estas tarefas urgentes e necessárias de um planejamento urbano-regional atual que “já não comporta formulas pré-fabricadas, nem pode admitir a utilização de teorias historicamente superadas. É na própria história contemporânea, história conjunta do mundo e dos lugares, que nos devemos inspirar, tanto para entender os problemas como para tentar resolvê-los” (Ibidem, p.91)⁹.

Convém lembrar que estas temáticas são relevantes tanto na sociedade brasileira quanto em grande parte da latino-americana e europeia, nas quais as questões relativas à emergência de uma renovada cultura urbana, às formas de resistência e afirmação das expressões culturais localizadas, ou, ainda, à pertinência dos diferentes modos de (des) localização, (des) territorialização e (re) significação, têm conduzido ao reconhecimento da necessidade de uma avaliação rigorosa dos vários parâmetros que condicionam os modos de organização da vida social. Como afirma Carlos Fortuna (2002, 2007, 2009), amplia-se a necessidade de uma reforma epistêmica dos instrumentos analíticos e conceituais sobre a cidade e a “reinvenção do urbano” assinalada, em parte, pelo movimento de afastamento gradual e pela não-coincidência entre o território urbanizado da cidade e o modo como se estruturam as práticas, mentalidades e relações sociais que ali se desenvolvem e que podemos chamar de cultura urbana.

Dentro do campo disciplinar da arquitetura, Giulio Argan (1998) também aponta a necessidade de uma reforma epistêmica dos instrumentos analíticos e conceituais sobre a cidade e o urbano, bem como de se apontar os limites da técnica. Nas palavras do autor: “como disciplina que visa interpretar, estabelecer, reorganizar e finalmente programar para o futuro a conformação da cidade, o urbanismo está se separando cada vez mais de seu objeto, dir-se-ia até que aspira a destruí-lo” (Ibid., p. 15). Maria Stella Bresciani (2008) refere-se aos primeiros críticos dessa forma de estabelecer a relação entre homem e cidade, citando como exemplos: Camille Sitte, Georg Simmel, Walter Benjamin, entre outros, que “denunciavam a fatuidade de

⁹ No XI SHCU, Vitória, out. 2010, a profa. Ana Fernandes proferiu palestra sobre Processos históricos e questões contemporâneas na qual ressaltava a importância ampliarmos tal perspectiva.

idealizar-se uma *razão única*, despojada da tradição e da história, uma razão obediente à sua própria lógica, construtora de formas belas e logicamente irrepreensíveis – constituições, governos, raciocínios, edifícios, cidades” (Ibid., p.17)

Neste sentido, há uma solicitação cada vez maior de estudos aprofundados sobre estes temas em função até mesmo da dimensão dos problemas urbanos e da falência dos modelos de planejamento e de desenvolvimento que priorizam o ponto de vista técnico, mitigando a importância dos outros campos que se articulam direta e indiretamente à arquitetura e ao urbanismo, mas há, sobretudo, uma urgência de estudos que valorizem os praticantes da cidade, os usos e contra-usos dos espaços planejados, as territorialidades e formas de apropriação diversificadas.

Urbanidades e usos dos espaços públicos: novos instrumentos analíticos e conceituais

A perspectiva de estudo e compreensão da cidade contemporânea que se considera ser uma contribuição necessária e urgente às reflexões atuais sobre as urbanidades, a democratização dos espaços públicos e o planejamento urbano parte do entendimento da problemática urbana contemporânea do ponto de vista da interdisciplinaridade, valorizando a articulação de conhecimentos produzidos entre os urbanistas, os arquitetos, os antropólogos, os sociólogos assim como também os artistas e os praticantes da cidade. Um esforço de realizar pesquisa empírica, prática e reflexão teórica, no sentido da reflexão sobre uma reforma epistêmica dos nossos instrumentos analíticos, conceituais e de gestão das cidades.

Neste caminho, a articulação entre arquitetura, urbanismo, sociologia e antropologia sugere a formação de um campo de conhecimento identificado por Ulf Hannerz (1991) e Manuel Delgado (2008, 2010) como “antropologia do urbano” e “antropologia dos espaços públicos” cujas principais raízes e ramificações podem ser encontradas em autores como G.Tarde, G. Simmel, G. Mead, os teóricos da Escola de Chicago em geral, H.Lefebvre, M. De Certeau, I.Joseph e disciplinas em bloco como a etnometodologia ou a microsociologia marcadamente nos estudos de E. Goffman. Podemos acrescentar ainda J. Jacobs (2000) e R.Sennet (1988) que denunciaram há mais de três décadas a decadência de um espaço público no século XX em comparação ao espaço criativamente caótico e dissonante do século XIX.

Parte-se da constatação de que o pouco que restara da diversidade e do fervor do século XIX teriam sido as políticas urbanísticas centradas nas vigilâncias intensivas em nome da manutenção da ordem pública, o zoneamento, a periferação e preponderância do automóvel, da circulação. E que, entretanto, vivemos hoje um momento em que as ruas e praças voltam a ser reivindicadas como espaço para a criatividade e a emancipação, ao mesmo tempo em que a dimensão política do espaço público é colocada no centro das discussões em favor da democracia. Tudo isto, conta com a entrada em cena de novas modalidades de espaço público como o cyberspaço, exigindo uma revisão do lugar que ocupam no mundo atual as sociedades entre desconhecidos, baseadas em interações efêmeras.

Vê-se, assim, a importância das interpretações e suas respectivas formas de análises contempladas em conjunto revelando algumas das vertentes teórico-metodológicas centrais do pensamento social no século XX. Na abordagem interacional, destacam-se as abordagens fenomenológicas, centradas nas relações de sentido subjacentes a comportamentos corporais e a relacionamentos sociais. Na acepção funcional/arquitetônica e urbanística de “uso” está mais atenta às relações desses mesmos comportamentos e formas de sociabilidades com funções urbanas definidas a priori. Ressalta-se, ainda, uma preocupação em interpretar os usos dos espaços públicos referenciando-se por processos sócio-históricos e/ou políticos amplos. Abordagens estas marcadas pela noção de dialética. Nesse percurso metodológico, tudo parece indicar que o substrato comum da possibilidade desse debate sobre os usos dos espaços públicos é o corpo, pois é ele que se move, interage, atua, cumprindo ou não funções, produzindo e sendo produzido em contextos específicos.

E, assim, ganha força a noção de práxis recuperada do método dialético marxiano (ato, relação dialética entre a natureza e o homem, as coisas e a consciência), inicialmente vinculada à crítica sociológica da vida cotidiana francesa do Pós-Guerra (LEFEBVRE, 1969). Retemos deste raciocínio a ideia de que o espaço é mediação crucial da práxis (LEFEBVRE, 2000), fundamentando noções de “prática espacial”, “usos do corpo” e de “espaço percebido”. O uso corporal do espaço mediado pelo “corpo vivido” e pelas pressões do espaço ordenado, planejado.

Adviria também desta reflexão a diferença entre “usuários” e “praticantes dos espaços” numa crítica que amplia a complexidade dos atos cotidianos, contemplando os usuários sob a ótica das contradições históricas. Diferenciam-se, portanto,

daqueles do senso comum do mundo moderno: usuários que usam os serviços públicos e privados, que gerem a vida urbana. Importa associar/articular usos particulares a processos sociais e políticos amplos procurando “compreender [...] o que sustenta e mantém a hierarquia das grandes e pequenas, das estratégias e táticas, das redes e lugares” (LEFEBVRE, 2000, p. 105).

Explicita-se o poder de um jogo e a criatividade do vivido. A dimensão semântica do poder ganha relevo em uma nova acepção, para a qual Michel De Certeau (1994, p.99) contribui significativamente partindo de práticas culturais de consumo e recepção para pensar sobre as “artes de fazer”, entre outras, como práticas cotidianas, inventivas e regradas por envolverem usos (ações dotadas de criatividade e formalidade) em contextos específicos explicitando relações de poder subjacentes a estas práticas. Seria necessário distinguir, nos usos e práticas urbanas, as “estratégias” (cálculo das relações de forças definido pela postulação de um lugar capaz de ser circunscrito como próprio) e as “táticas” (cálculo definido pela impossibilidade de postulação desse lugar próprio).

Igualmente importante é pensar que, se as cidades sempre foram *relacionais*, lugares de convivência com o outro, com o “estrangeiro”, de coexistência das diferenças, também são ao mesmo tempo lugares da exacerbação do individualismo e do cosmopolitismo. Formas e conteúdos das sociabilidades que G. Simmel (2005) identificou não menos significativos que pautam parte da experiência dos habitantes das cidades: a relação entre proximidade corporal e distância espiritual, personificada no comportamento *blasé*.

No Brasil estes problemas estão associados ainda a formação do espaço urbano marcada pelo patrimonialismo e fisiologismo de grupos dominantes, e a um longo caminho ainda a ser percorrido com relação aos direitos sociais e à cidadania (CARVALHO, 2003; LEITÃO, 2009), o que resultou na constituição de cidades excludentes nas quais os trabalhadores de baixa renda não têm acesso garantido a moradia, nem aos serviços e equipamentos públicos de qualidade.

Em suma, urge estudar e discutir as práticas urbanas, as praças e ruas em suas dimensões de lugares públicos nos quais se enfrentam sociabilidades antagônicas, usos diferenciados por meio de palavras, gestos e posturas corporais. Investigar novas formas e usos que possam apoiar reflexões sobre um urbanismo contemporâneo que não negue à cidade aquilo que lhe é essencial – a vida pública.

Refletir sobre novas formas epistêmicas no campo da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano, informados pela produção crítica da própria área de conhecimento, das ciências sociais e das artes, relacionando os espaços construídos e as práticas urbanas (sociais, culturais e estéticas) e vendo a cidade como uma criação da inquietude cuja materialidade dos espaços públicos é inevitavelmente híbrida.

Os praticantes da cidade, a fabricação e o planejamento urbano

Parece-nos que as idéias sobre as práticas urbanísticas contemporâneas inquietam não apenas os estudiosos e os agentes gestores das cidades, mas também seus habitantes. Os criadores e executores de planos, projetos e demais decisões que dirigem os rumos dos processos urbanos raramente explicitam o pensamento que os fizeram optar por certas alternativas e descartar outras. Quais foram seus conceitos de cidade, de problemas urbanos, de eficácia, de desenvolvimento, de qualidade de vida e, principalmente, do que seja o desejo e forma de praticar e usar os espaços dos indivíduos e grupos que fazem das cidades, fenômenos vitais, e não entidades abstratas?

Junto com o discurso sobre a “crise” da cidade, do urbano, sobre a violência, incivilidade, etc., tudo parece indicar que os usuários pouco reivindicam essas explicações, induzidos pelas urbanistas e pelo hábito de acreditar em seus discursos. Parecem se adaptar aos lugares que lhes preparam os técnicos, planejadores e gestores, assimilar deformações, espaços pacificados, controlados por câmeras etc. Ao contrário, queremos finalizar este artigo, apontando no sentido da existência de um saber local dos praticantes das cidades utilizado pelos habitantes para se desviarem das arquiteturas e espaços urbanos super programados, planejados por meio de “táticas”, “astúcias” (CERTEAU, 1994), “ruses” urbanas, artifícios para se apropriarem e reinventarem seus espaços (BIASE, 2006).

E assim, apesar de tudo indicar que a cidade do nosso tempo, do século XXI, tornou-se um espaço em “crise”, que a cidade-conceito se degradou, é preciso desconfiar das nossas análises e das aparências. Como diz M. De Certeau (1994, p. 174):

talvez as cidades se estejam deteriorando ao mesmo tempo em que os procedimentos que as organizaram. Mas é necessário desconfiar de nossas análises. Os ministros do saber sempre supuseram o universo ameaçado pelas mudanças que abalam as suas ideologias e os seus lugares. Mudam a infelicidade ou a ruína de suas teorias em teorias da ruína. Quando transformam em 'catástrofes' os seus erros e extravios, quando querem aprisionar o povo no 'pânico' de seus discursos...

Opondo-se a esta lógica, o autor (Ibid., p.175) propõe outro caminho:

analisar as práticas microbianas, singulares e plurais que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento...procedimentos que, muito longe de serem controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçam...táticas...regulações cotidianas e criatividade sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje atravancados, da organização observadora.

Refletir sobre as “urbanidades” entendidas como relações de civilidade, práticas urbanas, inseridas em uma dupla dimensão socioespacial torna-se urgente e fundamental para repensarmos as formas de atuação, gestão e planejamento de nossas cidades.

Referências bibliográficas

-
- ARENDR, H.. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- ARGAN, G.. **História da arte como história da cidade**. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BIASE, A. de. « *Ruses urbanas como saber* », In : JEUDY, H .P. e JACQUES, P. B. (orgs). **Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais**. Sslvador : EDUFBA ; PPG-AU/FAUFBA, 2006. pp105-113.
- BRESCIANI, M. S.. “Cidade, cidadania e imaginário”. In: SOUZA, C. F. de e PESAVENTO, S. J. (orgs.). **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. pp.13-20.
- BRITO, F. D. e JACQUES, P. B.. “Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana”. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21, p. 9, Rio de Janeiro, 2009.

- CALDEIRA, T. P. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CANEVACCI, M.. **Culturas eXtremas. Mutações juvenis nos corpos das metrópoles**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Vol.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CERTEAU, M. De. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CORRÊA, R.L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- DEBORD, G.. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, G.e GUATARRI, F.. **Mille plateaux. Capitalisme et schizophrénie**. Paris: Éditions de Minuit, 1980.
- DELGADO, M. **La ciudad mentirosa: fraude y miseria del ´modelo Barcelona**. Barcelona: Catarata, 2010.
- _____. **El animal público: hacia una antropología de los espacios urbanos**. Barcelona: Ed. Anagrama, 2008.
- FERNANDES, A.. “Cidades e Cultura: rompimento e promessa”. In: JEUDY, H. P. e JACQUES, P. B. (orgs). **Corpos e cenários urbanos : territórios urbanos e políticas culturais**. Sslvador : EDUFBA, 2006. pp. 51-64.
- FIJALKOW, Y.. **Sociologie des villes**. Paris: Éditions La Découverte, 2007.
- FORTUNA, C.. « Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico ». **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, 2002. pp.123-48.
- _____. «Cidade e Urbanidade ». In : : FORTUNA, C. e LEITE, R. P. (orgs). Série Cidades e Arquitectura. **Plural de Cidades: novos léxicos urbanos**. Coimbra : Almedina S/A, 2009. pp.83-97.
- FREHSE, F.. **Usos da rua**. In: FORTUNA, Carlos e LEITE, Rogério P. (orgs). Série Cidades e Arquitectura. **Plural de Cidades: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Almedina S/A, 2009. pp.151-170.
- FRUGOLI JR., H.. **Sociabilidade urbana**. São Paulo: Zahar Editores, 2007.
- GLASS, R.. **Introduction to London: Aspects of Change**. London: Centre for Urban Studies. MacGibbon & Kee, p. XIII-XLII, 1964.
- GOFFMAN, I. **Comportamento em lugares públicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- HANNERZ, U.. **Exploración de la ciudad**. México DF: FCE, 1991. pp.4 -19.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre faticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades** (1ª edição em inglês: 1961). São Paulo, Martins Fontes, 2000.

JOSEPH, I. *Espace public, urbanité, citoyenneté*. In : JOLE M. (org.). **Espaces publics et cultures urbaines**. Actes du séminaire du CIFP de Paris 2000-2001-2002. Lyon: CERTU, 2002a, pp. 33-42.

_____. **El transeunte y el espacio urbano : sobre la dispersión y el espacio urbano**. Barcelona : Gedisa S.A., 2002b. (Título origina em francês: *Le passant considérable*. Paris : Meridien, 1984).

_____. « Paisagens urbanas, coisas públicas (Introdução)». **Cadernos CRH. Espaço público. Questões de método**. nº 30/31, jan./dez., Salvador : Centro de Recursos Humanos/UFBA, 1999.

LEFEBVRE, H.. **Éléments de rythmanalyse. Introduction à la connaissance des rythmes**. Paris: Syllepse, 1992.

_____. **Le droit à la ville** (1ª edição: 1968), Paris: Editions Anthropos, 1986.

LEITE, R. P. Espaços públicos na pós-modernidade. In : FORTUNA, C. e LEITE, R. P. (orgs). **Plural de Cidades : novos léxicos urbanos**. Coimbra : Almedina S/A, 2009.pp.187-204.

LEITÃO, L.. **Quando o ambiente é hostil: uma leitura urbanística da violencia à luz de Sobrados e Mucambos e outros ensaios gilbertianos**. Recife: Ed. UFPE, 2009.

MUÑOZ, Francesc. **Urbanización: paisajes comunes, lugares globales**. Barcelona: G. Gili, 2008.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora da USP, 2008.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. **Revitalização urbana e (re) invenção do Centro Histórico da cidade de João Pessoa (1987-2002)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004a.

_____. **Imagens da cidade: patrimonialização, cenários e práticas sociais**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.

- SCOCUGLIA, Jovanka, CHAVES, Carolina e LINS, Juliane. **Percepção e memória da cidade: o Ponto de Cem Réis**. São Paulo: Arqtextos 068, Texto Especial 349, jan. 2006. <http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arg000/esp349.asp>.
- SENNET, Richard. **Carne e pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SIMMEL, George. "The sociology of the space". In: FRISBY, David & _____. "As grandes cidades e a vida do espírito". **Mana**. Vol.11, nº 2, Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2005 [1903]. pp.557-91.
- SOJA, Edward. **Postmetrópolis. Critical studies of cities and regions**. Oxford: Blackwell, 2000.
- VIRILIO, Paul. "La ville superexposée", In: **L' espace critique**. Paris: Christian Bourgois Éditeur, 1984.